

----- Forwarded message -----

De: C... R... F... <c...i@gmail.com>

Date: qui., 7 de mai. de 2026 às 18:46

Subject: Professores em greve

To: <nabilbonduki@saopaulo.sp.leg.br>,

Senhores Vereadores,

Diante das condições atuais de trabalho na rede municipal, adoeci e fui readaptada por orientação médica do COGESS. Minha saúde mental se agravou progressivamente, principalmente devido às salas superlotadas, à falsa inclusão — já que alunos com necessidades específicas não recebem o suporte adequado de equipes multidisciplinares —, além de ambientes extremamente quentes, falta de infraestrutura e ausência de condições mínimas para o exercício digno da função.

Atualmente, enfrento gastos elevados com medicamentos e tratamento. Após 26 anos de dedicação ao serviço público, me deparo com mais um golpe: a retirada do direito à JEIF, medida apoiada por esta gestão e aprovada por vocês, o que representa uma perda de aproximadamente 30% do meu salário.

Hoje me encontro endividada, consequência direta de um cenário de adoecimento e desvalorização. Ainda assim, parece que a realidade do servidor não tem importância, já que os senhores votam com rapidez e facilidade para conceder aumentos expressivos a si mesmos.

Em janeiro *[de anos anteriores]*, o prefeito Ricardo Nunes recebeu um aumento de 46,6% em seu salário. Já os vereadores tiveram 37% de reajuste *[em anos anteriores]*. Enquanto isso, os profissionais da educação, que enfrentam diariamente uma rotina exaustiva e adoecedora, receberão apenas 3,5%, parcelado em duas vezes.

Isso não é valorização. Isso é um absurdo.

A proposta de reajuste de 3,5% é uma afronta, pois sequer cobre a inflação do período, representando perda real do poder de compra. O índice acumulado do IPCA nos últimos 12 meses foi de 9,68%.

Pergunto: os senhores aceitariam um reajuste tão baixo, inferior à inflação, sendo chamado de “aumento”?

Além disso, solicito que sejam consideradas com seriedade as reivindicações apresentadas pelos Profissionais da Educação, uma vez que os impactos do projeto vão muito além de uma simples revisão remuneratória.

Entre os principais pontos apontados, estão:

- Reajuste considerado insuficiente diante das perdas salariais acumuladas;
- Inclusão de mudanças estruturais na carreira dos Profissionais da Educação sem debate específico com a categoria;
- Alterações na JEIF sem relação direta com a revisão remuneratória;
- Mudanças que atingem professores em readaptação funcional;
- Transformação de cargos de Professor de Educação Infantil (PEI), apontada pela categoria como medida que pode ampliar a precarização do serviço público;
- Inclusão de novas etapas em concursos públicos, com possibilidade de ampliação de critérios subjetivos na seleção;
- Retomada de exigências já questionadas no âmbito judicial;
- Dispositivos que levantam questionamentos sobre a adequação ao objeto principal do projeto;
- Possíveis conflitos com entendimentos jurídicos e normas de proteção ao trabalhador;
- Tramitação em regime de urgência, reduzindo o tempo de análise e discussão da proposta.

O que está sendo imposto aos profissionais da educação parece uma verdadeira piada de mau gosto, além de uma falta de respeito horrenda com quem sustenta a base da sociedade.

Respeito se constrói com valorização, condições de trabalho e dignidade. O que estamos vivendo é precarização.

Atenciosamente,

C... R... F...

Professora da Rede Municipal há 26 anos